



**IBAMA/MMA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS**  
**2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TÉCNICO DE TRABALHO – GTT- ISCA VIVA**

**ATA DE REUNIÃO**

**Período:** 17 e 18 de outubro de 2005.

**Local:** Brasília/DF – Ed. Sede do IBAMA

**Participantes:**

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	e-mail
Ana Maria Torres Rodrigues	IBAMA/CEPSUL	(47) 348-6058	<a href="mailto:ana.rodrigues@ibama.gov.br">ana.rodrigues@ibama.gov.br</a>
Antonio Joaquim G. Moreira	Marinha	(61) 3429-1091	<a href="mailto:ema11@brturbo.com.br">ema11@brturbo.com.br</a>
Claudia Ramos Zagaglia	IBAMA/DIPRO/CGFIS		<a href="mailto:claudia.zagaglia@ibama.gov.br">claudia.zagaglia@ibama.gov.br</a>
Clemeson Jose Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1202	<a href="mailto:clemeson.silva@ibama.gov.br">clemeson.silva@ibama.gov.br</a>
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1228	<a href="mailto:daniel.cabral@ibama.gov.br">daniel.cabral@ibama.gov.br</a>
Francisco Machado	DICAP/SEAP	(61) 3218-2900	<a href="mailto:cmachado@seap.gov.br">cmachado@seap.gov.br</a>
Gilberto Alves	FEPERJ	(21) 2629-7178	<a href="mailto:coloniaz8@ig.com.br">coloniaz8@ig.com.br</a>
Ivo da Silva	FEPESC/CNP	(48) 3028-1557	<a href="mailto:fepesc@pop.com.br">fepesc@pop.com.br</a>
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	<a href="mailto:jose.dias-neto@ibama.gov.br">jose.dias-neto@ibama.gov.br</a>
Karim Bacha	DIDEP/SEAP-PR	(61) 3224-2100	<a href="mailto:karimb@seap.gov.br">karimb@seap.gov.br</a>
Luiz Demetrio de A. Filho	SINPESCATRAESP	(13) 3261-3898	<a href="mailto:sinpescatraesp@uol.com.br">sinpescatraesp@uol.com.br</a>
Luis Claudio Stabile Furtado	FEPERJ	(21) 2629-7178	<a href="mailto:luisclaudio@feperj.com.br">luisclaudio@feperj.com.br</a>
Luiz Eduardo Bonilha	COGPIN/SEAP-PR	(61) 3218-2868	<a href="mailto:luizbonilha@seap.gov.br">luizbonilha@seap.gov.br</a>
Manoel Soares Espogeiro	SAPERJ	(21) 9916-4286	<a href="mailto:espogeiro@hotmail.com">espogeiro@hotmail.com</a>
Manuel Julião Serra	Sind. Pesc. RJ/ES	(21) 2233-7717	<a href="mailto:e-mailsiperjes@veloxmail.com.br">e-mailsiperjes@veloxmail.com.br</a>
Marcela de Castro Trajano	SEAP/PR - COREG	(61) 3218-2860	<a href="mailto:marcelatrajano@sep.gov.br">marcelatrajano@sep.gov.br</a>
Marco A. Bailon	ABRAPESCA	(47) 3348-7524	<a href="mailto:abrapesca@terra.com.br">abrapesca@terra.com.br</a>
Maria Cordélia S. Machado	MCT	(61) 3317-7854	
Maria de Fátima Santos Silva	SINDIPI – Itajaí-Florianópolis/SC	(47) 346-1942	<a href="mailto:fatimariopesca@terra.com.br">fatimariopesca@terra.com.br</a>
Nicélio Assis Veloso	SITRAPECA – Itajaí/SC	(47) 319-6342	<a href="mailto:vereadornicelio@ibest.com.br">vereadornicelio@ibest.com.br</a>
Roberto R Gallucci	SBF/MMA	(61) 4009-9550	<a href="mailto:roberto.gallucci@mma.gov.br">roberto.gallucci@mma.gov.br</a>
Sebastião Saldanha Neto	COREG/DICAP/SEAP-PR	(61) 3218-2860	<a href="mailto:ssaldanha@seap.gov.br">ssaldanha@seap.gov.br</a>
Tsuneo Okida	FEd. São Paulo	(13) 3261-2992	
Ugo Eichler Vercillo	IBAMA/DIFAP	(61) 3316-1231	<a href="mailto:ugo.vercillo@ibama.gov.br">ugo.vercillo@ibama.gov.br</a>
Vanessa Marcet Mancini	COGPIN/SEAP-PR	(61) 3218-2862	<a href="mailto:vanessamancini@seap.gov.br">vanessamancini@seap.gov.br</a>
Verónica Melo Borges	MCT/CNPq	(61) 2108-9469	<a href="mailto:vborges@cnpq.br">vborges@cnpq.br</a>

**1 - Abertura da reunião – Coordenador da CGREP.**

O senhor José Dias Neto, Coordenador da CGREP/IBAMA, abriu a reunião em nome do Diretor da DIFAP que, por compromissos emergenciais, não pode participar do evento.

o senhor Luís Bonilha, representante da SEAP/PR, enfatizou que esta reunião tem como objetivo atender as demandas da agenda de trabalho definidas na ultima reunião do GTT, além disso, informou que foi proposta a dilatação do prazo para o mandato do GTT por um período de mais 60 dias e que esta portaria será publicada em breve.

Aproveitando a oportunidade, o representante dos pescadores do estado de São Paulo, senhor Tsuneo Okida, entregou cópia do Decreto Estadual nº 49.215/04 que proíbe a pesca de isca viva litoral norte do estado.

**2 - Aprovação da Agenda.**

A proposta de agenda, elaborada com base no Cronograma de Trabalho estabelecido na reunião anterior, foi lida, sendo aprovada com as alterações sugeridas pelo senhor José Dias, Sebastião Saldanha/SEAP/PR e senhora Verônica/MCT, conforme apresentada no **Anexo 1**.

Os itens da agenda começaram, então, a ser discutidos.

### **3 - Identificar e compilar as pesquisas existentes referentes ao uso de iscas alternativas.**

A pesquisadora Ana Maria Torres do CEPSUL/IBAMA, apresentou um levantamento inicial sobre trabalhos de pesquisa, com ênfase no uso de isca - viva para a pesca de bonito listrado, num total de 18 trabalhos, conforme disposto no **Anexo 2**.

O senhor Nicélio Veloso, representante dos trabalhadores na pesca embarcada de Santa Catarina, apresentou um relato sobre a experiência do pescador com o uso de iscas vivas para a captura do bonito - listrado. De acordo com o seu relato, ocorre que: 1 - a quantidade de isca gasta depende da aceitabilidade da espécie, pois o bonito come “na força da isca”; 2 - a luminosidade atrai fauna acompanhante que não serve como isca; e, 3 - a opção pela sardinha verdadeira deve - se a sua alta resistência na tina. Acrescentou, ainda, que o bonito gosta da anchova mas esta espécie pouco resiste, que a oxigenação em excesso, “farinhação”, causa a mortalidade da sardinha verdadeira, mas, por outro lado, com pouco oxigênio a espécie morre com as “escamas avermelhadas” e que o choque térmico causado pela corrente das Malvinas (fria) na costa, também, causa sua mortalidade.

O senhor Luís Demétrio, representante dos trabalhadores na pesca embarcada de São Paulo, destaca que desde a década de 80 é proposta a busca de alternativas para o uso de isca viva, mas que até hoje nada foi resolvido. Segundo seu relato, o setor sardineiro vem aceitando esta situação de depleção dos estoques de sardinha em função da predação por parte dos boniteiros, sendo contrário a permissão, por parte do MMA/IBAMA, para a captura de sardinha verdadeira juvenil. Concluiu dizendo que se a situação continuar da forma como está o Ministério Público deverá ser acionado.

O senhor Coordenador da CGREP enfatizou que o objetivo desta reunião é exatamente buscar meios, pesquisas, para harmonizar a coexistência das duas pescarias. Ponderou que se a sardinha estivesse em boa situação, com mais de 100 mil t/ano, o impacto do boniteiro não seria tão agudo.

O senhor Luís Bonilha enfatizou o conhecimento tradicional existente e que está se expandindo, sobre a manutenção e uso da isca viva, referindo-se a explanação do senhor Nicélio. Destacou que há um interesse comum e a convergência para um mesmo objetivo e sugeriu recuperar estudos da UNIVALI com o uso da carpa, realizados pelo Dr. Maurício Hostim (1996).

O senhor Gilberto Alves, representante dos pescadores artesanais do Rio de Janeiro, defendeu a necessidade de haver o ordenamento pesqueiro dentro das baías do Rio de Janeiro e que o esforço de pesca deve ser controlado. Destaca, ainda, que a sardinha verdadeira não deve ser capturada dentro das baías daquele estado.

### **4 – Estabelecer oficina para a criação de uma rede de pesquisa.**

### **5 - Propor um programa integrado de pesquisa para o uso de iscas alternativas.**

Os itens 4 e 5 foram tratados juntamente, conforme orientação da representante do CNPq, senhora Mônica. Inicialmente, o senhor José Dias resgatou a discussão ocorrida na reunião anterior, na qual houve a indicação da possibilidade de criação de uma oficina para a viabilização de pesquisas.

O senhor Luiz Bonilha informou que houve reunião entre a SEAP/PR e o MCT, sobre o tema, mas que cabe destacar que existem inúmeros esforços para a identificação das



linhas de trabalho e que o esforço para viabilizar esta oficina deverá levar em conta esses trabalhos, com destaque para a carta de Itajaí. Portanto, acredita que deve-se evitar o acúmulo de diretrizes repetidas. Sugeriu, ainda, que esta oficina ou *Workshop* fosse realizada em 2006 em função da viabilidade de recursos financeiros.

A representante do MCT informou que todo o trabalho prévio será utilizado na concepção de uma rede ou um edital de pesquisa, portanto o acúmulo de conhecimento é benéfico. A oficina consiste em um fórum de discussão nacional, com pesquisadores de notório saber sobre o tema e representantes do GTT, apresentando: I - um panorama da pesquisa existente no Brasil; II - a identificação da real demanda para a pesquisa; III - quais os entraves e o montante de recursos financeiros necessários; e, IV - a necessidade de criação e estrutura da rede ou do edital. Esse documento será levado pelo Ministro para viabilização de recursos financeiros.

A diferença entre a Rede e o Edital, é que a Rede é demanda induzida, o MCT aloca recursos diretamente para o grupo solucionar o problema. Enquanto que o Edital é público e depende de renovações.

Diante da explicação dos formatos de financiamento para pesquisa, o Sr. José Dias avaliou com os participantes do GTT que a rede é o formato mais adequado por ser assunto específico.

Concluindo, o MCT informou que o primeiro passo será a criação de um termo de referência (será enviado ao IBAMA o modelo) para a realização da Oficina, o custo médio da oficina é de R\$ 70.000,00 (aproximadamente 20 pessoas, incluindo os representantes do governo, do setor produtivo – armador, industrial e pesca de pequena escala). É na oficina que a estrutura da Rede será definida. Deve-se indicar os nomes dos pesquisadores ligados ao tema (IBAMA/CEPSUL e SEAP/PR) e viabilizar as embarcações. É importante que se tenha um pesquisador coordenador da Rede. Por último acrescentou que, os temas a serem discutidos na oficina já poderiam ser identificados.

O Sr. José Dias propôs que também sejam indicados agora três representantes do setor para participarem da oficina, sendo, 1 dos armadores/ 1 dos trabalhadores embarcados/ 1 da pesca de pequena escala (artesanal) e, de preferência, que possam bancar a participação. Também sugeriu que a oficina seja enxuta com, no máximo, 10 pesquisadores.

O Sr. Luís Demétrio sugeriu a participação da Dra. Heloísa Godinho do Instituto de Pesca/SP que trabalhou com cultivo de tainha.

O representante da SEAP/PR sugeriu que a oficina fosse realizada no CEPSUL/IBAMA devido à proximidade dos pesquisadores.

Acordou-se no estabelecimento de uma agenda para a elaboração do termo de referência até o término do mês de outubro e pela busca de alternativas para a realização da oficina até 10 de dezembro de 2005, senão somente após março de 2006.

Os temas a serem tratados na Oficina são:

- Cultivo de espécies;
- Iscas alternativas;
- Captura, manuseio e melhoria na manutenção a bordo da Isca; e
- Monitoramento (A continuidade do monitoramento dos estoques deverá ser discutida na oficina, sendo direcionada a execução desses estudos no âmbito do CGSS, REVMAR, entre outros).

Aproveitando a oportunidade a representante do CNPq informou que existem aproximadamente dez milhões de reais a serem aplicados em linhas de pesquisa transversais ligadas ao mar.

#### **6 - Identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva.**

O senhor Sebastião Saldanha destacou que o levantamento dessa frota foi feito com base nas informações das embarcações permissionadas com registros nos escritórios estaduais da SEAP/PR e que este está numa fase preliminar, uma vez que os números compilados são oriundos da revisão das permissões de pesca ocasionada pela necessidade de constar nas permissões a referencia a autorização de pesca de isca viva, conforme disposto no **Anexo 3**.

As 122 embarcações do estado do Espírito Santo estão sediadas ao sul do estado e ao norte do estado do Rio de Janeiro (norte Fluminense), utilizando iscas capturadas no Rio de Janeiro e atuando na área de plataforma de petróleo. A pesca do dourado é diferente pois a isca é no anzol, e a sardinha verdadeira usada é graúda.

O senhor Marco Bailon, assessor da ABAPESCA, apresentou dados sobre a frota conhecida. São 46 embarcações atuantes: 6 no estado do Rio Grande do Sul, 24 no estado de Santa Catarina, 16 no estado do Rio de Janeiro, além de 6 em construção em Santa Catarina. Informou, ainda, que a frota não permissionada do Espírito Santo passou a migrar para Santa Catarina a partir de dezembro, em busca do dourado, que é exportado para os Estados Unidos.

O representante da pesca artesanal do Rio de Janeiro solicitou a compreensão de todos colocando que esta frota não se enquadra na classificação de pesca artesanal, sendo do porte da classe da pesca profissional.

O senhor Simão Marrul Filho, representante do MMA, enfatizou que esta atividade não é objeto do trabalho deste GTT. O senhor Luís Bonilha corroborou com o senhor Simão Marrul e informou que a SEAP/PR está atenta a problemática, inclusive, possui recursos destinados para o estudo desta frota e sugeriu como encaminhamento um alerta à Marinha sobre a questão que envolve a segurança das embarcações para navegação.

O senhor Marco Bailon discordou da posição do MMA e SEAP/PR, pois acredita que o GTT é para tratar da pesca de isca viva.

O senhor Sebastião Saldanha concordou com a posição do senhor Marco Bailon esclarecendo que a permissão de pesca dessas embarcações é igual a concedida aos boniteiros.

Como encaminhamento, aguarda-se a efetiva caracterização desta frota por parte da SEAP/PR, para discussão na próxima reunião, com o apoio da ABRAPESCA e MMA, cabendo a este último apresentar os dados do REVIZEE levantados pelos pesquisadores Paulo Costa (Uni - Rio) e Agnaldo Silva (UFES). A SEAP/PR afirmou, também, que vai acompanhar essa frota com o auxílio do Prof. Paulo Travassos (UFRPE). Foi sugerido, ainda, que um representante da frota do Espírito Santo fosse convidado para participar da próxima reunião do GTT.

#### **7 - Discutir a pesca e fornecimento de isca viva por parte de pescadores artesanais em projetos locais, demonstrativos e monitorados (3 unidades).**

O senhor Luís Bonilha abriu a discussão sobre o item, destacando que os locais para a realização dos projetos pilotos serão indicados pelas federações de pescadores dos estados de Santa Catarina (Porto Belo), São Paulo (não tem proposta) e Rio de Janeiro (tem propostas) e apresentou o projeto elaborado pela SEAP/PR como consta no **Anexo 4**.



O Representante das Colônias do Rio de Janeiro disse que Jurujuba (Niterói) tem choque térmico, Arraial do Cabo não quer, e apenas Angra dos Reis aceitou participar.

O senhor Manuel Julião Serra, representante dos trabalhadores na pesca embarcada do estado do Rio de Janeiro, destacou que o problema de conflito principal ocorre entre as 50 embarcações permissionadas e não permissionadas que atuam, principalmente, no Espírito Santo, e que portanto, deve ser atacado compilando informações da frota que captura isca viva ilegalmente.

O senhor Marco Bailon elogiou o projeto e apresentou o posicionamento favorável da ABRAPESCA. A busca da isca no mar deve ser minimizada com alternativas, além das restrições da legislação existente, face a sua importância para o setor produtivo cujos investimentos montam 80 milhões de dólares. Também registrou que a Leal Santos, que não pode vir, é agora associada da ABRAPESCA e que a representa também.

A senhora Ana Maria Torres informou que o CEPSUL foi consultado sobre o projeto via e-mail e por meio de ofício do SITRAPESCA, sendo respondido oficialmente, conforme parecer do CEPSUL. Na oportunidade, chamou a atenção para algumas condicionantes legais e outras de mérito: 1 - a IN/MMA n.º 5/2004, estabelece que a sardinha verdadeira é uma espécie sobreexplorada, necessitando da elaboração de um plano de gestão para sua utilização; 2 - a quantidade de isca apontada é grande, quase metade da demanda atual; 3 - não há consenso sobre a proposta com os pescadores artesanais de Santa Catarina; 4 - a IN/MMA/SEAP-PR n.º 6/2004 que estabelece os critérios para o uso de águas de domínio da união para fins de aquicultura; e, 5 - a Portaria IBAMA n.º 68/2003 que estabelece que os boniteiros têm que capturar a sua própria isca viva, o que proíbe a captura pelos pescadores artesanais.

O senhor Clemeson Pinheiro/COOPE/IBAMA reiterou a posição da representante do CEPSUL, lendo o Art. 4º da IN/MMA/SEAP-PR n.º 06/2004.

O senhor Simão Marrul, também reiterou a posição do CEPSUL quanto ao volume de produção indicado que chegaria a 8 toneladas, não se caracterizando, portanto, em um projeto piloto. Além disso, avaliou que a grande capacidade produtiva projetada poderá mascarar o estudo sócio - econômico.

O senhor Luíz Bonilha esclareceu que a proposta é de se fornecer apenas 20% da demanda atual, seria uma reserva de capacidade para atender a safra.

O senhor Nicélio Veloso informou que os pescadores não seguem as leis existentes, além disso declarou que a proposta com o estabelecimento de apenas 3 pontos de fornecimento de isca viva é insuficiente para atender a demanda. Destacou, ainda, que os pescadores profissionais são favoráveis ao fornecimento de isca viva pelo pescador artesanal, como era antes da Portaria IBAMA n.º 68/2003, bem como a realização de pesquisas que aumentem a disponibilidade de isca através do cultivo.

O senhor Ivo da Silva (Presidente da CNP e da FEPESC), informou que apenas uma colônia, a de Porto Belo, apresentou interesse no projeto porque visa tentar trazer aqueles que pescam isca viva para a colônia. Pessoalmente, declarou ser contrário à captura de isca viva e luta para que o defeso seja respeitado pelos boniteiros.

Face às divergências havidas na discussão deste item, foi sugerida a formação de um grupo para discutir de forma mais detalhada a proposta e que os representantes deverão avaliar com suas bases o projeto elaborado pela SEAP/PR (será encaminhado, por e-mail, pela SEAP/PR, a todos os membros do grupo até 20 de outubro). A reunião do grupo deverá ser realizada no CEPSUL, em Itajaí, no período de 16 a 18 de novembro de 2005 e os resultados deverão ser apresentados na 3ª reunião do GTT. O grupo será formado por representantes do MMA, IBAMA/CEPSUL,

SEAP/PR, Armadores (RJ, SC e SP), Pescadores (RJ, SC), ABRAPESCA, Trabalhadores (3), Prefeituras (Porto Belo-SC, Angra dos Reis/RJ), Marinha (Capitania dos Portos de Itajaí), MCT/CNPq.

**8 - Discutir sobre a paralisação da pesca de Sardinha para Isca Viva durante os períodos de defeso da espécie.**

**9 - Discutir sobre a definição de defeso específico para a captura de iscas, visando aumentar o rendimento e reduzir o esforço sobre o estoque de juvenis.**

O Sr. Marco Bailon acredita ser possível respeitar o defeso de recrutamento e o Sr. Manoel Espongeiro representante dos armadores e indústria de pesca, discorda pois é importante ressaltar que para os boniteiros só serve a sardinha verdadeira miúda.

O Sr. Manoel Julião ponderou que a parada de meio de ano deve ser estudada pela manutenção da embarcação e do trabalhador.

O Sr. Nicélio Veloso colocou que no verão existe a proporcionalidade entre sardinha verdadeira e boqueirão, com predomínio da sardinha verdadeira, que salva a pesca do atum.

O Sr. Evaldo Kowalski acredita que o tamanho de malha é um tema já definido, mas que o defeso da isca é inviável. Entende que o problema é de administração da sardinha verdadeira, uma vez que o 60 % da isca são outras espécies.

A Sra. Maria de Fátima Silva representante dos armadores e indústria de pesca de Santa Catarina, colocou que as alternativas para isca devem ser o objetivo, pois o setor boniteiro já possui embarcações paradas por várias razões.

O Sr. José Dias lembrou que a pressão da sociedade é grande, pois está estabelecido o tamanho mínimo de captura para a sardinha verdadeira que deve ser respeitado. Já a paralisação da pesca do bonito seria um grande problema. Por outro lado, continuidade da captura de sardinha verdadeira miúda não tem consistência do ponto de vista bioecológico.

O CEPSUL/IBAMA e a SEAP/PR se posicionaram a favor do tópico ser discutido na próxima reunião quando os resultados das discussões serão apresentados.

**10 - Discutir possíveis áreas para a captura de isca viva.**

Foi apresentado um panorama das restrições existentes à pesca de isca viva ao longo da costa brasileira, caracterizando um total de 87% das áreas de pesca de isca viva com alguma restrição a esta atividade. O Sr. Nicélio Veloso apelou para que as áreas de maior tradição sejam liberadas. O Sr. Luís Bonilha alertou para proposta de criação de Unidades de Conservação ao sul de Florianópolis/SC o que vai restringir mais ainda. Tendo isso em vista o MMA/IBAMA elaborará, por meio do CEPSUL, com o apoio da SEAP/PR, que fornecerá a matriz do que tem, uma carta com a definição de áreas e restrições legais para a captura de espécies utilizadas como isca, inclusive, da sardinha verdadeira, visando facilitar as discussões sobre o tema. Para agilizar o trabalho, os membros do GTT se responsabilizaram de encaminhar para o CEPSUL/IBAMA e SEAP/PR as informações sobre estas áreas, num prazo de 10 dias. Além disso, após a 3ª Reunião do GTT, será solicitado oficialmente, sugestão do Sr. Manoel Espongeiro, à DHN/Marinha o registro em carta náutica das áreas restritivas à pesca (UC's inclusive) e o reconhecimento internacional pela IMO (Sugestões do Cmt. Moreira).

**11 - Discutir a definição de tamanho mínimo de malha de redes para captura de isca viva.**

O Sr. Manuel Julião lembrou que malha maior que 5 mm é prejudicial. Este item foi considerado superado, já que a malha utilizada é padrão frente ao tamanho das iscas a serem capturadas.

**12 - Discutir sobre espécies e métodos para a captura de isca alternativa para a pesca de bonito e outras espécies.**

Este item foi tratado juntamente com os itens 4 e 5.

**13 - Compilar e analisar as normas vigentes referentes à pesca de isca viva.**

O senhor Sebastião Saldanha apresentou a legislação vigente sobre o tema, excetuando as normas específicas sobre as áreas restritas à captura de iscas, como consta no **Anexo 5**. Aproveitando a oportunidade o senhor Luís Bonilha solicitou que toda a informação discutida e pertinente ao GTT fosse disponibilizada na página eletrônica do IBAMA. O Sr. Manoel Espongeiro colocou que esse material deve chegar aos mestres.

**14 - Discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva.**

Tendo em vista que os membros do GTT necessitam conhecer com mais detalhes a legislação referente ao tema, foi sugerida a supressão deste item e remetido para a próxima reunião. Coube à SEAP/PR a disponibilização da legislação no seu endereço eletrônico ([www.presidencia.gov.br/seap](http://www.presidencia.gov.br/seap)) no prazo de 10 dias.

**15 - Discutir proposta para o ordenamento específico para a pesca com vara e isca viva. (Revisão da Portaria IBAMA n.º 68/2003)**

Conforme encaminhado no item anterior, este tema será remetido para discussão na reunião do GTT após a concepção do projeto piloto.

Apesar da solicitação do setor produtivo de alteração da data da reunião para discussão da proposta do projeto piloto, a data do dia 16 foi mantida face a importância da participação dos pesquisadores do CEPISUL/IBAMA, que, por compromissos assumidos anteriormente, não poderiam participar.

O senhor Karim Bacha/SEAP/PR solicitou que a 3ª. Reunião do GTT seja realizada no período de 21 e 22 de novembro para deliberar exclusivamente sobre o projeto piloto.

**16 – Aprovação da Ata da 1ª Reunião do GTT- Isca Viva.**

As sugestões de alteração da ata serão remetidas via e-mail para adequação.

**17 – Encerramento.**

Antes do encerramento da reunião foi feita uma breve apresentação sobre um trabalho com anchoíta, disposto no **Anexo 6**. Por fim, a Sra. Ana Torres em nome do IBAMA agradeceu à presença de todos.